

## **Patrimônio, Cultura e Identidade na cidade**

José Roberto SEVERINO<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo faz uma breve reflexão sobre as noções de cultura nas cidades contemporâneas e aborda, a partir de um exemplo, aspectos dos encontros que se estabelecem no compartilhamento cultural em cidades. As vozes das periferias em contraste com as vozes estabelecidas promovem uma discussão sobre o patrimônio, sobre memória e sobre o papel dos monumentos identitários. As reflexões se dão a partir de uma cidade de porte médio no sul do Brasil, Itajaí. Trata-se de uma análise das práticas e representações presentes nas formações discursivas das políticas de patrimônio no âmbito local. O olhar sobre o local procura ler as maneiras como operam táticas e estratégias no combate simbólico pelo pertencimento e pelo reconhecimento.

**PALAVRAS-CHAVES:** Patrimônio cultural. Memória e cidade.

## **Heritage, Culture and Identity in the city**

**ABSTRACT:** This article is a brief reflection on the notions of culture in contemporary cities and it approaches, from one example, aspects of the meetings that take place in cultural sharing in the cities. The voices on the periphery in contrast to the established voices promote a discussion on heritage, on memory and monuments on the role of identity. The reflections occur from a medium-sized city in southern Brazil, Itajaí. This is a review of practices and representations in the discursive formations of policies at the local heritage. The look on the site attempts to read the ways they manage tactics and strategies in the symbolic combat for belonging and recognition.

**KEYWORDS:** Cultural Heritage. Memory and the city.

---

<sup>1</sup> UFBA – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. Salvador, Bahia – Brasil. CEP: 40110-909 - E-mail: [jseverino@ufba.br](mailto:jseverino@ufba.br)

*Nem vou te lembrar dos motivos que me trazem até aqui  
[...] não me convidaram, mas entrei. Tô dentro agora eu sei, vou falar dos poderes de outra lei.  
O Penetra (Charlie Brown Jr.)<sup>2</sup>*

A proposta de reflexão aqui apresentada faz parte de uma incursão sobre memória e história em uma cidade de porte médio, com aproximadamente 160.000 habitantes, Itajaí, situada no litoral norte do Estado de Santa Catarina. Tratarei primeiramente de algumas representações que se fazem acerca das origens dos habitantes desta localidade, em grande medida generalizantes e pouco suscetíveis às diferenças. Em seguida, apresentarei algumas reflexões sobre as estratégias na denominação de ruas e das tensões na hierarquização dos espaços públicos sob o turbilhão de ofertas e imposições da modernidade. Neste sentido, a vida em cidades domina o cenário contemporâneo, impondo novos arranjos que exigem reflexão, a exemplo da epígrafe do Grupo Charlie Brown Jr a reivindicar a presença das periferias nas políticas públicas. Os novos cenários culturais que emergem na urbanidade contemporânea são ressignificadores dos pertencimentos. É um pouco disso que será tratado aqui.

Este é um texto de história sobre uma localidade que apresenta muito de comum com tantas outras no Brasil e no Mundo. Mas também apresenta as marcas de originalidade próprias da população que a compõe. Em parte, a cidade cresceu ao redor de atividades ligadas ao porto, na foz do rio Itajaí-açu. Nesta região encontramos os armazéns das agências de exportação, estaleiros e pequenas oficinas, que desde o século passado alinhavam-se ao longo do rio, balizas para as futuras ruas e avenidas, hoje ocupadas por estivadores, arrumadores, conferentes, marinheiros, pescadores, motoristas e tantos outros trabalhadores, vadios e prostitutas que circulam nessa área entre botequins, barracas de ambulantes e caminhões pesados aguardando para carregar ou descarregar. Um pouco mais distante do litoral encontramos sítios, olarias, engenhos de farinha, muitos deles centenários. Bairros mais recentes unem o centro à zona rural, repletos de mini-mercados, botequins, bazares e atividades de todo o tipo, híbridos de empreendedores e desempregados. Nos bairros estão as Associações de Folclore, os grupos de pagode, as bandas de rock, a galera de *rap*, os ouvintes de música sertaneja, os integrantes dos inúmeros corais, os violeiros e os grupos que vestem camisas pretas e fazem *heavy metal* do bom. Como quase todas as cidades ocidentais, a profusão totalizante da modernidade pode ser vista aqui, impregnando a maioria dos seus 16 bairros. Ao mesmo tempo, e como todos os

---

<sup>2</sup> Cf. CASTANHA; CHORÃO; PATOLA, 2000.

lugares, esta é uma cidade particular, com um acervo de particularidades. Algumas são oficiais, ou oficializadas, outras tantas não.

As ruas centrais da cidade levam nomes de pessoas que de alguma forma relacionam-se com Itajaí. A rua Lauro Muller, uma das mais antigas, leva o nome de um eminente político de ascendência germânica. Lauro Muller foi militar com formação em engenharia, assim como também o foram Hercílio Luz e Felipe Schmidt, conforme a preocupação das elites da época com a engenharia como vetor de reformas. Ambos dão nome a outras duas ruas importantes no centro da cidade. A importância que alguns imigrantes adquiriram dentro daquilo que podemos denominar uma elite local pode ser constatada atualmente pelos nomes das ruas e praças centrais (e as mais antigas da cidade): a Rua José Bonifácio Malburg, a Avenida Marcos Konder, a Rua Samuel Heusi, a Praça Arno Bauer, o busto e o palácio Marcos Konder, etc. Um dado que poderia passar despercebido, não fosse o fato de que Itajaí intitula-se, nos dias atuais, uma cidade “portuguesa”.

Neste sentido, os imperativos das mudanças de ordem política após a Proclamação da República, em 1889, nos dão algumas sinalizações da importância de nomear os espaços públicos da parte de quem "governa". O primeiro ato dos republicanos foi substituir a denominação de certas ruas: a rua Conde D’Eu passou a chamar-se Lauro Müller; a rua Pedro Segundo virou rua 15 de novembro, e a rua do Sacramento foi batizada novamente como rua 13 de maio. Naquela época a luta por melhores condições de trabalho no porto era caso de polícia. Nos anos 20 o Tenente Azevedo prendeu diversas lideranças para as greves não acontecerem. Exceto por alguns poucos nomes, como o de Pedro Antônio Fayal, a maior parte dos trabalhadores do porto permanece no anonimato. Quando fui procurar ruas e praças com nome de trabalhadores desenhou-se uma cartografia da ocupação de Itajaí. Todos os sindicalistas que tiveram seus nomes lembrados batizaram becos ou ruas menos importantes. Não foram esquecidos, foram preteridos, desqualificados.

Como disse, a área central de Itajaí cresceu nas cercanias dos diversos pontos de atracação ao longo do rio, com portos e atracadouros para o embarque e desembarque de passageiros, para as atividades de pesca, reparos, desembarque de combustíveis e atualmente para que os *containers* aguardem a execução dos procedimentos aduaneiros. Nesta área central, no dia primeiro de janeiro de 2001, numa ensolarada manhã de segunda-feira, alguns homens deram início aos trabalhos de derrubada de um dos edifícios mais antigos dali. Confesso que

parei, perplexo, e assisti a tudo boquiaberto. Imediatamente lembrei-me do Consulado Alemão que teria funcionado naquelas instalações - lá pelo início do século, quando os fluxos migratórios demandavam problemas que justificavam sua existência no pequeno aglomerado urbano na foz do Itajaí-açu. Nos seus anexos, que completavam a quadra, funcionou uma barbearia, um botequim, e se não me engano, uma sapataria, não lembro. Do outro lado da praça outro casarão, também eclético e imponente, mas que foi completamente restaurado e abriga atualmente os escritórios da Receita Federal, ocupada, entre outras coisas, na fiscalização das atividades aduaneiras. O casarão Malburg é um palacete construído em 1915, sede da Companhia Malburg, agenciadores marítimos que atuavam na região desde 1860. Agenciavam o transporte de passageiros e cargas, atividades de exportação e importação, além de negociarem com cereais e madeira.

Na medida em que as paredes decompunham-se em fragmentos empoeirados e disformes, o edifício condenado ao banimento desaparecia. Seu terreno seria utilizado para um estacionamento, enquanto não construíssem algo sobre ele. Comecei a rememorar os últimos anos, quando parte da edificação abrigava um bar. Chamava-se Bar da Trude, e era frequentado sem restrições por homens dali e de outras bandas. Lembrei das manifestações pela preservação do casario central. Os mesmos apelos por parte dos manifestantes que não queriam a derrubada do Casarão Malburg não salvaram as instalações do Bar da Trude.

Ao caminharmos pelas ruas da cidade em que vivemos podemos ter a impressão de estarmos diante de coisas absolutamente originais. Em alguns casos isto é até certo ponto correto. A velocidade/intensidade da maioria dos núcleos urbanos foi aumentando ao longo do século XX, sem que, em boa parte dos casos, fossem ouvidas ou levadas em conta as diferenças. Com relação ao patrimônio, devemos levar em conta ainda que iremos nos deparar com inúmeras tensões acerca das escolhas daquilo que deva ser preservado. No caso da preservação de patrimônio arquitetônico, alguns edifícios são antigos como a cidade, outros intermediários, outros tantos novos, e que configuram no desenho urbano inscrições com maior ou menor importância para as pessoas que ali habitam. A primeira igreja, as escolas, os edifícios públicos. Mas também a casinha do bedel, a servidão pouco conhecida, a esquina dos encontros sorrateiros, ou ainda o antigo consulado e o bordel. Ou seja, antes de tudo, a cidade é um lugar onde as pessoas vivem, sonham, amam, mas também é o espaço do disciplinamento, do

exercício da fé, é o local de trabalho para muitos. Portanto elas estão inscritas na memória, e compõem muitas vezes códigos invisíveis, que atuam no tecido urbano.

Travar um diálogo com as inscrições que definem o espaço urbano não é tão simples quanto possa parecer. Explico melhor. As cidades atualizam-se permanentemente, e seus monumentos - desde os mais antigos até os erguidos no ano passado - compõem uma arena. Os espaços públicos ganham contorno na memória coletiva, e podem dar a falsa impressão de unidade. As tensões presentes na composição das representações não escapam à dinâmica das forças sociais de cada município/localidade. A cidade de Brusque, por exemplo, foi durante um bom tempo difundida pelos canais de turismo como formada por descendentes de alemães, sua arquitetura enxaimel de fachada, e a falta de políticas públicas que levem em conta as diferenças poderia abrir espaços para o protesto dos ítalo-descendentes, dos luso-brasileiros e atualmente dos migrantes do oeste do Paraná e Santa Catarina.

Neste sentido, escrever sobre o uso e a importância dos monumentos nos coloca alguns problemas, tanto do ponto de vista classificatório como do ponto de vista político. Classificar e definir os monumentos requer uma preocupação com os dispositivos de perpetuação da memória. Mas não apenas uma memória "nacional", única ou unificada, mas na multiplicidade das próprias experiências dos diferentes grupos. Além do mais as pessoas pertencem a uma classe, relacionam-se por meio de redes sociais complexas, enfim, buscam/ou são levadas a dar sentido social às suas existências no vazio criado pelas cidades.

Em outros tempos, as campanhas de higienização e urbanização modificaram a paisagem e a vida das pessoas em cidades como Rios de Janeiro (a exemplo de Paris do século XIX), e podem ser encontrados ecos por muitas cidades pelo Brasil afora. No início do século, as preocupações com as epidemias, com a disciplina do corpo, com os hábitos saudáveis ensejaram toda uma série de desclassificações, enquadramentos, preconceitos. Isto nos permite pensar sobre os usos do espaço urbano hoje, o papel do Estado, dos movimentos sociais e do direito à cidade. Vamos deter nossa reflexão nos usos contemporâneos do espaço urbano em Itajaí, levando em conta os movimentos sociais que reivindicam participação na configuração desse mesmo espaço urbano e, principalmente, de seus monumentos.

E o que são os monumentos? Os romanos, nos tempos do império, tinham dois tipos principais de monumentos: os arcos, as colunas de um lado; os túmulos por outro. Claro que podemos pensar que todos os povos, de certa forma, têm algum tipo de memória coletiva que se

afirma em demarcadores que tendem a ser compartilhados por todo o grupo social em questão. Os monumentos não dizem respeito apenas ao passado, eles estão ali, na nossa frente, nas ruas, vistos por multidões em trânsito. No caso dos túmulos romanos, poderíamos dizer que se trata da tentativa das famílias nobres de perpetuar o poder dos que ainda estavam vivos e de manter acesa a chama da memória de seus entes próximos que partiram para sempre. Nem é preciso dizer que nem todas as pessoas poderiam ter um túmulo de destaque. Por outro lado, as colunas, arcos e praças diziam respeito aos feitos do Imperador ou em nome dele. A imensa maioria de anônimos do império nos escapa se levarmos em conta apenas as informações que esses monumentos nos sugerem. Diferentemente do Império Romano, no nosso tempo a noção de sociedade civil permite pensar ações que extrapolem os interesses inerentes aos Estados ou às famílias mais abastadas. Assim, a definição e o uso dos monumentos poderiam sofrer a ingerência de camadas da população que durante muito tempo não tiveram vez/voz para fazê-lo. A princípio, a participação política e as possibilidades de gestão do espaço urbano se ampliaram bastante, permitindo a configuração de outras formas de "lembrar" coletivamente. Será?

Quando fui escrever sobre memória, patrimônio e políticas públicas, tomei Itajaí como palco e pensei em pegar as suas ruas principais, bem como suas praças e monumentos, e fazer uma espécie de catalogação. Eu acreditava que procedendo desta forma poderia "ler" a história da cidade. Em certo sentido isto é verdade. Elas levam nomes de pessoas consideradas importantes e repetidas incansavelmente nos manuais didáticos das escolas municipais, opúsculos e relatos "históricos". Lá estão os nomes dos *bem-sucedidos* empresários e políticos; os meticulosos memorialistas os tornam santos continentes ou ainda responsáveis de alguma forma pela manutenção das datas significativas - alusivas a aniversários da independência do Brasil, da fundação do município, entre outras. Os indivíduos passam adiante do seu grupo social e são valorizados como os verdadeiros responsáveis pelos processos de transformação das cidades que compartilham com seus pares. Como pessoas, segundo Sergio Miceli (1979), os intelectuais e a classe dirigente alçam categorias que transcendem os que nos tornaria iguais.

Exemplo disso é a distância das políticas de preservação que elegem o casario em estilo eclético da Belle Èpoque (Primeira República); eles pertenciam a ricos comerciantes (como é o caso do casarão Malburg em Itajaí) e que foram recentemente restaurados. Na outra ponta, as casas de prostituição, os bares, antigas barbearias, (como o casarão Trude, nome do antigo consulado que foi posto abaixo em Itajaí) foram (e são) demolidos apesar dos inúmeros

protestos. As memórias dos negros, dos grupos de índios (sempre tratados genericamente, ou, pior ainda, pejorativamente, como no caso da expressão "bugre"), ou ainda os permanentes fluxos de migrantes (das mais variadas regiões do país ou do estado), homens e mulheres quase sempre pobres, simplesmente inexitem na configuração de tais demarcadores que comporiam a "memória" dessas cidades/localidades.

Assim, afinal de contas, quais seriam os critérios para a construção/preservação do patrimônio? Quem define o que deve ser tratado como patrimônio de uma dada comunidade? O patrimônio pode representar fragmentos da história de uma cidade/localidade, mas dizem muito mais respeito a quem os elege do que ao tecido social do lugar. A reforma do Porto de Itajaí promoveu um "bota abaixo" exatamente num quarteirão composto por edifícios do início do século em bom estado. Mas então, o que preservar?

A concepção, produção e preservação dos monumentos não ocorre de forma neutra, desvinculada dos embates que compõem a memória coletiva. E, a princípio, não a representam em sua totalidade. Dados recentes acerca dos fluxos migratórios indicam que cidades de Itajaí, Brusque e Blumenau apresentam em suas periferias uma população que não se reconhece e não é reconhecida pelos estreitos demarcadores locais, engrossando o caldo dos excluídos da história. Jean-Michel Leniaud (1998, p.335), em seu ensaio sobre patrimônio na França, propõe a tese de que “[...] não basta agir, pensar e criar para produzir patrimônio. É também necessário transmiti-lo”. Apresenta ali o palco de disputas na configuração do patrimônio cultural francês. A riqueza do texto está em indicar a historicidade das apropriações e de suas ligações com a demanda num mercado de bens simbólicos. Com este olhar é possível perceber que nas práticas culturais, na construção de um monumento ou na gritaria do carnaval há o jogo político, e que pode ser institucional ou não. Há uma constante reorganização das formas de apropriação, acomodação dos modelos. Criam-se estereótipos e outros demarcadores, pontos aparentemente fixados na cultura. Mas se entendermos cultura como autocriação negociada e não como a essência de um grupo, como algo pelo qual as pessoas resolvam brigar, como poderemos pensar o papel do patrimônio cultural nesta complexidade contemporânea, por exemplo? Nesta direção fica a sugestão de ouvir o que os grupos urbanos de cidades médias como Itajaí, culturalmente híbridos e impregnados de múltiplas possibilidades identitárias tem a dizer de si e de suas expectativas do estar-junto que a cidade oferece.

## Referências

CASTANHA, T.; CHORÃO, M.; PATOLA, T. O penetra. Interprete: Charlie Brown Jr. In: CHARLIE BROWN JR. **Nadando com os tubarões**. [S.l]: EMI, 2000. 1 CD. Faixa 4.

LENIAUD, J. -M. O patrimônio recuperado: o exemplo de Saint-denis. In: RIOUX, J. -P.; SIRINELLI, J. -F. (Dir.) **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p 335.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945**. São Paulo: Difel, 1979.

## Bibliografia consultada

ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BRANCHER, A. (Org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1997.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico **Estudos Históricos: cultura urbana e história**, Rio de Janeiro, n.16, p.173-191, jul./dez. 1995.

CHARTIER, R. (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

FEATHERSTONE, M. (Org.). **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERREIRA, A. C. (Org.). **Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo**. São Paulo: UNESP/FAPESP/ANPUH/SP, 1999.

LeGOFF, J. **História e memória**. 3 ed. Campinas: UNICAMP, 1994.

MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MORSE, R. As cidades periféricas como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina. **Estudos Históricos: cultura urbana e história**, Rio de Janeiro, v.8, n.16, p.205-225, 1995.

PESAVENTO, S. J. Lugares malditos: a cidade do outro no sul brasileiro: Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX. **Revista Brasileira de história**, São Paulo, v.19, n.37, p.195-216, 1999.



RIOUX, J. -P.; SIRINELLI, J. -F. (Dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SIGNORINI, I. (Org.). **Língua(gem) e identidade**: imagens para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras, 1998.